



36^a Reunião Ordinária do Fórum Florestal do sul e extremo sul da Bahia

Memória de Reunião

25 e 26 de outubro, Coroa Vermelha, Pousada Aldeia Portuguesa

Lista de presença

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- José Dilson da Silva Dias	2- Cooperativa Reflorestadores da Mata Atlântica/COOPLANTAR
4- Cláudio Henrique Lyrio	3- Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica / OCA
5- Janaína Nunes dos Santos	
6- Sueli Abad	
7- Ricardo Montagna	4- Associação Cultural Arte e Ecologia / Ascae
8- Lausanne Soraya de Almeida	5- Fíbria
9- Eloi Catani Jr.	
10- Karine Spinasse Conetti	
11- Luciana Martins Rebouças	
12- Jeanne Ferreira Dantas	6- Associação Mulheres Artesãs de Ponto Central
13- Joice N. Marinho	
14- Márcia Archer	7- Movimento de Defesa de Porto Seguro/ MDPS

15- Almir Requião	8- Manguezal Meu Quintal
16- Elvis Eliziária de Jesus	9- Associação Quilombola de Helvécia - AQH
17- Simone Efigênia Ricardo	
18- Ernandes N. Luiz	
19- Danilon Luiz Francisco	
20- José Roberto de Jesus	10- Cooperativa de Artesanato Pataxó de Coroa Vermelha
21- Edileuza Maria de Jesus	
22- Romildo Afonso da Silva	11- Associação Comum. Beneficente de Nova Caraíva / ASCBENC
23- Paulo Dimas Menezes	12- Instituto Cidade
24- Eunice Britto	13- Veracel
25- Pedro Cardoso	
26- Jeronimo Christo	
27- Luis Migray	
28- Carlos Benicio da Silva	14- Suzano
29- Adna Avancini	
30- Marcio Caliari	
31- Waldir Paixão Graciano	15- Associação Moradores Comunidade Oliveira Costa
32- Wilson Andrade	16- ABAF
33- Lucélia Berbert	17- Instituto Bioatlântica / IBio
34- Josivaldo Gregório Santana	18- Associação de Artesãos de Itaúnas
35- Mário Ferreira Neto	19- Biólogo Unicamp
36- Primo da Silva Filho	20- Associação dos Amigos e Nativos de Caraíva / ANAC
37- Raimundo Cardoso	21- Resex Corumbau
38- Lya Carla Villa Nova	23- Instituto CW

25/10, TERÇA-FEIRA

Manhã

Foram realizados os encontros setoriais, em que os representantes das empresas se reúnem em um local e em outro espaço se reúnem as ONGs, ambientalistas, associações e entidades do terceiro setor, com o objetivo de debater interna e previamente os assuntos constantes da pauta, construindo consensos antes da plenária.

Tarde

O secretário executivo iniciou os trabalhos, colocando em discussão uma proposta de alteração na ordem da pauta, iniciando os trabalhos com a exposição do representante da Abaf sobre as alterações na Lei Estadual 10.341 e em seguida a apresentação dos resultados do Monitoramento da Cobertura Florestal do Extremo Sul: Comparação em Alta Resolução 1996-2006, previsto para ser o primeiro assunto da tarde. A modificação da ordem da pauta foi colocada em votação e acatada pela plenária.

Também foi acatada pela plenária a inclusão de dois informes – acerca dos valores de reembolso às entidades participantes das reuniões do Fórum Florestal e outro relativo a problemas em área de preservação permanente na vila de Caraíva, em Porto Seguro.

*** Apresentação de propostas de alterações a Lei 10431. Minuta de propostas da ABAF e SINDPACEL**

O representante da ABAF informou aos membros do Fórum Florestal que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA enviará nos próximos dias ao legislativo, proposta de mudança da Lei 10.431. Segundo ele, a Abaf fez um estudo artigo por artigo, comparando a lei atual com a proposta da SEMA e colocou ao lado de cada item as suas posições e sugestões. Ressaltou que para a ABAF o projeto de lei parece modernizador, devendo agilizar os processos de licenciamento e indicando que o estado deverá fortalecer o sistema de monitoramento e fiscalização, além de fortalecer o sistema de Informações o SEIA.

A representante da Ascae questionou se o documento contendo as sugestões da ABAF e Sindpacel já havia sido apresentado ao secretário de Meio Ambiente, Eugenio Splenger, ao que o representante da Abaf acenou positivamente e informou que 4 ou 5 sugestões das duas entidades foram acatadas e integrarão o texto final que será remetido para aprovação pela Assembléia Legislativa. Acrescentou que o documento reflete a visão global de pessoas e não apenas de empresas.

*** Apresentação de resultados do monitoramento da cobertura florestal do extremo sul: comparação em alta resolução 1996-2006**

O representante da Econamfi Consultoria Ambiental foi o responsável pela apresentação do Monitoramento da Cobertura Florestal do Extremo Sul: Comparação em Alta Resolução 1996-2006. Ele iniciou a exposição abordando os objetivos gerais do monitoramento, que são: gerar informação para planejamento, identificar passivos ambientais, determinar a ocupação do eucalipto em cada região, descobrir onde existe maior potencial de biodiversidade e, a partir daí, determinar onde conservar e restaurar a cobertura vegetal.

Segundo o representante da Econamfi, o estudo envolve 4 fases e na etapa atual está sendo feito o mapeamento da cobertura no período 2006/2007 e do período 1996/1997, com objetivo de quantificar a taxa de mudança regional e a taxa por município, identificando as principais modificações verificadas (“era floresta, virou o quê?”). Informou que a logística do projeto prevê transferência de conhecimento e capacitação técnica de agentes locais para uso das ferramentas SIG, organização de banco de dados geográficos e GPS. Essa capacitação se dará através de um curso com carga de 40 horas que acontecerá em fevereiro de 2012, contemplando 20 pessoas. O processo de seleção será conduzido por Raquel e Leonardo, do ICMBio, que disponibilizarão na rede os critérios para seleção dos interessados. Perguntado sobre a participação do Fórum Florestal na indicação de pessoas para participar da capacitação, o representante da Econamfi afirmou que o colegiado será notificado e poderá passar as informações via e-mail, lembrando aos potenciais interessados que se inscrevam para a capacitação.

Enfatizou que com o cruzamento dos dados já é possível se tirar algumas conclusões sobre a cobertura florestal e o uso do solo nos municípios do Extremo Sul alvo da pesquisa. Exemplificou que Eunápolis tinha matriz de pecuária em 96 e que em 2007 predominava o eucalipto. Neste período, a silvicultura passou de 2% para 12% da área do município (de 26 mil ha para 113 mil ha), com a pastagem dando lugar ao eucalipto. E argumentou que com o mapeamento vai ser possível analisar quanto se perdeu de floresta e quanto se regenerou numa

mesma área. Reforçou que o estudo trata da cobertura florestal, de forma geral, e não da qualidade da cobertura florestal. Avisou que em outubro finalizariam o mapeamento de 2001 com imagens de baixa resolução e em novembro termina o mapeamento com imagens de 1991 a 1997.

A representante do IBio observou que seria interessante se fazer um levantamento socioeconômico do Extremo Sul da Bahia no mesmo período do diagnóstico da cobertura vegetal para se fazer um cruzamento das informações dos dois estudos. Por sua vez, a representante da Ascae lembrou que o monitoramento deveria se estender aos municípios propostos para expansão da base florestal da Veracel. Falou também da satisfação em fazer parte da comissão de acompanhamento do monitoramento e observou que o trabalho de ecologia da paisagem, parte do monitoramento, já é referência não só na Bahia.

*** Debate sobre as alterações na Lei Estadual 10.341, que dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia**

Iniciando as discussões sobre a minuta de propostas da ABAF e SINDPACEL às alterações na Lei Estadual 10.341, o secretário executivo ressaltou a missão dos membros do Fórum Florestal no encaminhamento de sugestões para serem avaliadas pela Assembléia Legislativa. Obedecendo ao que foi deliberado anteriormente, o secretário executivo fez a leitura da proposta de alteração à Lei 10.341, elaborada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA. Em seguida, a plenária foi dividida em grupos encarregados da leitura e discussão da minuta da ABAF e SINDPACEL. Estabeleceu-se que cada artigo seria apreciado separadamente, com a plenária votando contrária, favorável ou abstando-se da proposta da ABAF e SINDPACEL.

O representante do Manguezal Meu Quintal lembrou o pronunciamento do representante da ABAF que informou que atualmente existem 700 mil pedidos de licenciamento para serem analisados pelo Cepam e deste total apenas 12 solicitações de licença estão tramitando e que o órgão precisaria de pelo menos 200 anos para estudar todos estes 700 mil pedidos. Falou ainda que há falta de entrosamento do corpo técnico da SEMA. Por sua vez, o secretário executivo abordou o caráter inovador da proposta da SEMA em relação a vários artigos e lembro que o Fórum Florestal elaborou e encaminhou documento específico contendo seu posicionamento em relação as mudanças à lei estadual de meio ambiente.

Ressaltou a importância dos membros do Fórum Florestal se posicionarem em relação às modificações na Política de Meio Ambiente e Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, da mesma forma como se posicionaram em relação às mudanças no Cepam. Para tanto, foi sugerida a criação de um grupo de trabalho para redigir um documento com os pontos mais relevantes, tendo como base a minuta elaborada pela ABAF e SINDPACEL.

O representante da Suzano se manifestou sobre o item que trata da Reserva Legal, indicando que na Bahia a averbação da Reserva Legal é muito burocrática, sendo necessários mais de 20 documentos. Ao passo que no Espírito Santo o processo é simplificado e muito rápido, com apenas um funcionário é encarregado da tarefa e somente 5 documentos são necessários para averbar a Reserva Legal.

Após a discussão das propostas da ABAF e SINDPACEL, foram destacados 11 artigos da minuta para serem trabalhados pela comissão, que ficou formada por: Carlos Benicio, Oscar, Ricardo Montagna, Lausanne, Celene, Beto Mesquita, Eunice e Almir. O representante da ONG Manguezal Meu Quintal se prontificou a representar o Fórum Florestal no Seminário de

Contribuição ao Desenvolvimento do Estado, no dia 04 de novembro, na Associação Comercial da Bahia. Por unanimidade, a plenária acatou o membro do Manguezal Meu Quintal para representar o Fórum Florestal na reunião.

26/10, QUARTA-FEIRA

Manhã

*** Apresentação de candidatos e escolha dos representantes do Fórum Florestal que participarão do evento do Diálogo Florestal em Brasília/DF**

O secretário executivo abriu os trabalhos da manhã do dia 26 de outubro colocando em apreciação a escolha dos representantes do Fórum Florestal que irão à Brasília participar do evento do Diálogo Nacional. Lembrou que a secretaria executiva do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia tem sua participação assegurada no evento e que mais 2 entidades da sociedade civil, membros do Fórum Florestal, vão ao evento com todas as despesas pagas. Cientificou que 5 entidades pleitearam a ida ao evento, sendo elas; Instituto Cidade, Fundação Jupará, Ascae, NaturezaBela e Manguezal Meu Quintal. Após rápida colocação dos critérios para votação, ficou definido que cada entidade presente à reunião teria direito a um voto, podendo escolher 2 dos candidatos postulantes à representação na reunião nacional do Diálogo Florestal. Em caso de empate, o voto de minerva caberia à secretaria executiva. Pela votação, foram escolhidas as entidades Ascae e Instituto Cidade.

*** Envio do documento sobre o EIA-RIMA de ampliação da Veracel, elaborado pelo Fórum Florestal, para prefeituras municipais e demais empresas do setor florestal da região**

O representante da Associação Agroecologia da Mata Atlântica - OCA levantou uma questão de ordem e falou da necessidade de se enviar o documento elaborado pelo Fórum Florestal acerca do EIA-RIMA de ampliação da base florestal e industrial da Veracel para outras empresas do setor florestal e para as prefeituras municipais da região, tendo em vista que o documento é amplo, abrangente e traz questionamentos sobre questões que não foram contempladas no EIA-RIMA, a exemplo do êxodo rural, do multiuso da madeira, da geração de emprego e renda e da capacitação profissional na região.

O secretário executivo se colocou favorável à proposta e acrescentou que o documento foi elaborado em torno de uma situação conjuntural, mas que aborda aspectos que podem ser incorporados pela Suzano e Fibria ou qualquer empresa que atue no ramo da silvicultura. Ressaltou que o assunto foi discutido no encontro setorial das ONGs e entidades do terceiro setor, realizado na manhã do dia 25, e que foi debatido na ocasião que o documento dê uma maior ênfase nas questões sociais, que advirão com a ampliação da Veracel. E informou que foi deliberado no encontro setorial fazer uma nova redação da **Proposta 2 – Relacionamento com Comunidades**, contida no documento sobre o EIA-RIMA apresentado na reunião do Cepram. Informou ainda que Suely Abad e Claudio Lyrio se incumbiram da tarefa. Em seguida, colocou a proposta para ser votada pela plenária, que a acatou por unanimidade.

*** Debate sobre propostas do GT de Planejamento de Paisagem**

Iniciando a discussão sobre as propostas do GT de Planejamento de Paisagem, o secretário executivo fez uma explanação acerca do andamento do GT, informando que as empresas têm feito um bom esforço e que vários assuntos não estão mais pendentes. Ressaltou que a tabela de ações tem prazo de fechamento até dezembro de 2011, assim como as demais pendências, entre elas a lista das infraestruturas comunitárias e a lista das comunidades a serem beneficiadas. Também até dezembro de 2011 foi estabelecido o limite para o posicionamento formal em relação ao congelamento do plantio próprio e fomento por parte das empresas Suzano e Fibria nos municípios de Alcobaça, caravelas, Mucurí e Nova Viçosa. Sobre o Alcance dos Acordos, pontuou que quanto ao Acordo do Fomento e ao Acordo do Recuo é preciso ter maior rigor para ter clareza mais ampla em relação aos impactos positivos destes acordos.

- Recuo do litoral

Foi estabelecido o limite de 100 metros. Será feita uma viagem a campo, via barco, para localizar locais que precisam de um recuo maior. Foi lançada a proposta de um novo acordo, com recuo de 300 m. A Suzano teria 49 ha dentro da faixa de 300m. Locais específicos por viagem do mar, para ver onde será necessário recuo maior que 300m.

A representante da Fibria disse que a empresa vai fazer um levantamento do que possui de eucalipto dentro dos 300 metros e disse que uma das destinações da madeira poderia ser o uso múltiplo. Porém, argumentou que é preciso amadurecer mais a idéia, mas que é uma proposta que pode ser conduzida internamente.

O secretário executivo propôs, então, o recuo dos 300 metros nas áreas litorâneas como discussão interna nas empresas. E a partir da viagem de barco definir os locais onde o recuo deve ser maior: 400 metros, 500 metros, etc.

- Recuo de 40m de qualquer infraestrutura comunitária

O secretário executivo informou à plenária que o critério utilizado para definição dos 40 metros de afastamento das infraestruturas comunitárias foi a segurança das pessoas.

A representante da Fibria expôs que a empresa fez um levantamento dos locais para fazer os afastamentos e quem são as pessoas que estão nestes locais. Afirmou ainda que em relação às áreas ocupadas irregularmente foi feito um trabalho em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente de Mucuri, mas não é possível derrubar as casas e que os casos em questão estão no departamento jurídico da empresa. Informou ainda que a empresa está tentando controlar as áreas em processo de ocupação irregular, através de projetos envolvendo pescadores e do plantio de aroeira que se desenvolve bem na restinga. Pontuou que não adianta fazer recuo se não estabelecer uso para o mesmo,

A representante do IBio afirmou que além de determinar critérios para o uso do recuo é preciso envolver a comunidade e citou as marisqueiras e a utilização para cultura do caju e aroeira.

O representante da Suzano avisou que a Justiça deu reintegração de posse à empresa, com a derrubada de casas em áreas que foram ocupadas irregularmente e que via com bons olhos a proposta da representante da Fibria de destinar a madeira do recuo para uso múltiplo.

Por sua vez, o representante da Comunidade Oliveira Costa afirmou que em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente e apoio da Polícia Militar os moradores vão tirar as cercas que impedem o acesso à praia. Segundo ele, os moradores vão fazer a parte deles, uma vez que as pessoas compraram terreno da União e estão impedindo o livre acesso da comunidade a um bem público.

Como proposta, o secretário executivo sugeriu que se priorize a colheita onde existe maior risco à segurança, onde tem pessoas circulando, como casas, escolas, oficinas. E, na sequência de corte, os demais locais onde tem maior problema de segurança.

A representante da Associação de Mulheres Artesãs questionou como legalizar a colheita de aroeira por grupos consolidados em Ponto Central em áreas pertencentes a Veracel. O representante da Veracel respondeu que é possível fazer um contrato de comodato para fazer a colheita, obedecendo critérios de manejo e as épocas determinadas, e que para tanto era preciso contatar a coordenação de comunicação da empresa.

O representante da OCA indicou que quanto ao monitoramento dos acordos a comunidade seja a principal fiscalizadora, comunicando se corte foi feito ou não.

O secretário executivo observou que o acordo do recuo de 40 metros das infraestruturas comunitárias estava sendo formalizado naquele dia e que era preciso separar este acordo que foi aprovado do restante que ainda necessita de aprovação. Lembrou ainda que após a publicação do acordo dos 40 metros é que se inicia a fiscalização. Sobre a viagem de barco para delimitar as áreas de recuo no litoral, afirmou que será feito contato com o Coral Vivo, para saber quando o barco estará disponível para a visita, que poderá ser feita por no máximo 6 pessoas. Avisou que os grupos de trabalho – GTs continuam trabalhando e que está faltando participação das ONGs, da sociedade civil.

- Recuo dos 300 metros das comunidades

A representante da Fibria informou que todos os dados foram finalizados e que a empresa possui 480 ha a serem comodatados por comunidades.

O representante da Associação Quilombola de Helvécia pediu para se pronunciar e apresentou um documento assinado pelos moradores solicitando providências para a situação da Rua Nova, na localidade, que há 2 anos aguarda a retirada do eucalipto do entorno. O documento reforça que a retirada foi assunto de audiência pública com participação das empresas, autoridades e comunidade. O representante da Suzano informou que a área ainda não foi recuada porque o eucalipto não pode ser cortado sem contrato formal e sem condicionantes e que o departamento jurídico da empresa está fazendo um destrato da área. Ressaltou que o fomentado já foi avisado do corte, que aconteceria em breve, e que 2 condicionantes foram colocadas no contrato: não pode mais plantar eucalipto na área e matar o cepo do eucalipto para não voltar a crescer. Afirmou que por ser madeira nova seria destinada para mourão de cerca.

O representante da Cooplar questionou se os fiscais da Veracel estão com preguiça de trabalhar, pois já fez denúncias sobre ações irregulares em Caraíva e não houve resposta. Afirmou que a empresa precisa cobrar mais dos técnicos.

O representante da Veracel enfatizou que a função do técnico da empresa é dar assistência técnica, orientar os produtores, e não fazer fiscalização, ação que cabe aos órgãos ambientais. Sobre a denúncia do representante da Resex Corumbau de plantio de eucalipto em áreas de

preservação permanente – APPs, afirmou que os técnicos da empresa já estiveram nos locais informados e orientaram os produtores, que se comprometeram em revisar suas práticas.

- Levantamento de dados: estradas prioritárias para paisagismo e sinalização

Em seguida, a representante da Fibria apresentou o estudo de paisagismo que está sendo desenvolvido para intervenção no “picadão”, estrada que separa os estados da Bahia e Espírito Santo, por parte da Fibria e Suzano. A proposta, resultado dos trabalhos do GT é fazer recuo de cerca de 5 metros a partir da margem da estrada e realizar plantio de espécies nativas (quaresmeira, ipê, fedegoso, etc). Paralelo a esta ação, implantar a sinalização vertical. Um dos modelos é a sinalização conjunta entre Fibria e Rebio. A representante da Fibria exibiu fotos das espécies que podem ser plantadas no local, levando em consideração que espécies nativas que dão frutos devem ser evitadas para não atrair animais. Mostrou também as placas indicativas feitas em parceria com a Rebio.

*** Debate sobre a mudança de hospedeiro da Secretaria Executiva do Fórum Florestal**

A mudança da entidade hospedeira do Fórum Florestal foi, em seguida, o assunto da pauta. A representante do Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS, atual hospedeiro do Fórum Florestal, ressaltou que a entidade disponibiliza a sua vaga para que outras associações tenham a possibilidade de serem beneficiadas. Mas argumentou que a diretoria do MDPS não se reuniu para definir se pleiteia novamente a vaga.

O secretário executivo falou sobre o transtorno causado pela mudança de hospedeiro de 2 em 2 anos e sugeriu que qualquer que seja a entidade hospedeira a partir de 2012 que a mesma mantenha o escritório do Fórum Florestal em Porto Seguro, em virtude da cidade apresentar as condições ideais, tais como aeroporto, rede bancária, acesso à internet e rede viária. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Após isso, solicitou a inscrição dos candidatos a hospedar a secretaria executiva a partir de 2012. Se inscreverem as entidades Ascae, OCA e Manguezal Meu Quintal. Respondendo ao questionamento da representante do MDPS, o secretário executivo informou que as entidades que desejarem podem se candidatar posteriormente.

*** Ressarcimento de despesas para participação nas reuniões do Fórum Florestal**

Finalizando os assuntos colocados em pauta, o secretário executivo abordou o ressarcimento de despesas para participação das entidades nas reuniões do Fórum Florestal. Esclareceu que o valor limite por entidade é de R\$ 500,00, mas que nesse total estão incluídas as despesas de alimentação, hospedagem e transporte, limitadas a 2 participantes por cada entidade.

O representante da Resex Corumbau fez um informe a respeito do acordo feito com a Veracel sobre o monitoramento da rota das barças. Avisou que estão acontecendo as primeiras reuniões entre a empresa contratada para executar o trabalho e as colônias de pescadores de Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia e Belmonte.

*** Visita ao Programa de Gestão de Resíduos Sólidos da Veracel**

A última etapa da 36ª reunião ordinária do Fórum Florestal consistiu de visita à fábrica da Veracel, agendada anteriormente, para conhecer o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos da empresa. Na fábrica, o técnico Tarcisio fez uma rápida palestra, explicando como é o ciclo do processo industrial, desde a transformação das toras de madeira em cavaco até a obtenção da

polpa de celulose após o processo de cozimento. Falou da reutilização dos reagentes químicos utilizados no cozimento e da geração de energia elétrica e vapor que suprem o funcionamento da fábrica, a partir da queima do licor negro. Após o branqueamento, a celulose é secada, cortada, embalada e enviada para os clientes. Em seguida, foi feito um passeio pelas instalações da fábrica, com parada final na área destinada ao Programa de Gestão de Resíduos Sólidos. O técnico Alvaro detalhou o processo de transformação dos resíduos sólidos em fertilizantes e corretivos do solo, conhecido internamente como Projeto Vida. Explanou cada uma das etapas: empilhamento das cascas de eucalipto em pilhas para obtenção do substrato orgânico; corretivo de acidez do solo; transformação de lodo em fertilizante e armazenagem de produtos secos para comercialização.

Sendo o que ocorreu, esta memória de reunião foi lavrada pela secretaria executiva.

Porto Seguro, 11 de novembro de 2011